

O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM BRASIL E PORTUGAL: OPOSIÇÃO AOS REGIMES DITATORIAIS E VIOLÊNCIA POLICIAL

PABLO ALMADA^{1*}

1. INTRODUÇÃO

Durante as décadas de 1960 e 1970, a emergência dos acontecimentos globais do Maio de 1968, nos países desenvolvidos e centrais, com o protagonismo do movimento estudantil, apresentou a contestação das formas autoritárias do imperialismo e do socialismo “real”. Esses eventos políticos e sociais, demarcaram não apenas as experiências políticas e culturais perante as erupções enfrentadas pelas camadas mais jovens de várias sociedades perante as expectativas criadas no período posterior à Segunda Guerra Mundial, mas também, os limites práticos da criação de alternativas. Na obra *Passado Futuro*, o historiador alemão Reinhart Koselleck (2006, p. 308-310), entende que as categorias de experiência e expectativa são fundamentais para demarcar o tempo histórico e a relação do passado com o futuro. Pois então, as ações sociais e políticas daquele período enquadram-se nessa perspectiva, pois revelam uma poderosa crítica sobre a configuração social e do poder nas sociedades ocidentais, compondo elementos da memória do tempo presente e seus efeitos posteriores, em especial, no que diz respeito a história da democracia contemporânea.

A aproximação de dois contextos, Portugal e Brasil, a princípio, distantes entre si em termos das configurações sociais, dos processos de desenvolvimento do capitalismo e das práticas culturais, procura ultrapassar dimensões culturais como a origem colonial, a lusofonia e as diferenças dos processos de desenvolvimento do capitalismo. Não obstante, são inúmeras as marcas da transição democrática que permitem uma aproximação mais efetiva, tomadas em termos de aspectos gerais marcados pelo processo de transformação do imperialismo e das relações políticas e econômicas globais. Em termos mais específicos, a pesquisa aqui apresentada procurará compreender as ações dos movimentos estudantis dos dois países em termos de dois aspectos que se ressaltam: a emergência de um movimento de oposição política aos regimes ditatoriais, cuja participação dos movimentos estudantis se faz com clareza e, um segundo aspecto, no que tange a relação de conflitualidade do Estado com essas forças de

* Doutor em Democracia no Século XXI pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC). Financiamento de Bolsa de Doutoramento atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal (FCT).

oposição, utilizando, quase sempre as forças policiais como instrumento de mediação política e de ampla repressão.

Outra justificativa necessária para a comparação se dá em termos de estabelecer outras dinâmicas das movimentações sociais e políticas ao se descentralizar os lugares de apoio. Notadamente, parte dos estudos sobre os levantes estudantis centram-se na compreensão das dinâmicas do Maio de 1968 em França, Alemanha e Estados Unidos. Porém, isso demarca um campo de sujeição das práticas estudantis, ocorridas por todo o globo, às dinâmicas desses países centrais. Como bem apontou Arthur Marwick (1998), não se poderia atribuir o mesmo peso dos acontecimentos e eventos do Primeiro Mundo em todas as sociedades, pois há outros fatores, como os efeitos das revoluções Cubana e Chinesa, a Guerrilha e a política Terceiro-mundista, o crescimento dos movimentos de libertação nacional em África e o Imperialismo, que apresentam muito mais ressonância em outros contextos.

No entanto, ao considerarmos a influência dos protestos estudantis na teoria social e nas ciências sociais é inegável que, a partir deles, se consolidou um modelo paradigmático de compreensão das lutas sociais contemporâneas. As obras de filósofos e sociólogos como Louis Althusser, Michel Foucault, Herbert Marcuse, Jurgen Habermas e Alain Touraine apresentam desde a incorporação das perspectivas teórico-práticas e das ações realizadas pelos estudantes até mesmo o diálogo direto, a crítica política e a viragem para um novo momento de reflexões pautadas na cultura das sociedades ocidentais (ALMADA, 2015).

Não obstante, em torno dessas formulações, há um consenso da teoria social, ao considerar construção de um paradigma sobre a resistência estudantil proveniente dos acontecimentos dos países centrais. Porém, por vias de um estudo comparado, podem ser percebidas perspectivas analíticas que ultrapassam o próprio âmbito local e nacional, sem que se percam as especificidades locais (BOREN, 2001).

Assim, entender, as formas de resistência estudantil empregadas em Brasil e Portugal, onde o movimento estudantil foi um dos principais atores de mobilização contra a Ditadura Militar brasileira (1964-1985) e contra o Estado Novo português (1933-1974), pode significar em encontrar formas de resistência, que articulam o embate contra o autoritarismo e a democratização das sociedades e dos espaços universitários, aspectos que são mais visíveis em sociedades sob regimes ditatoriais. A hipótese para isso é a de que o movimento estudantil foi responsável por uma contestação significativa à essas ditaduras durante os anos de 1968 e 1968, mobilizando-se em torno do ativismo universitário, da organização política e da recusa de modelos de reforma universitária, com um engajamento político e participativo canalizado em

entidades representativas, na construção de uma resistência de oposição aos governos ditatoriais.

Num momento seguinte, entre 1970 e 1974, os dois contextos apresentam um semelhante recrudescimento da violência, com tentativas de desestruturação do movimento estudantil por parte dos governos, com amplo uso das forças policiais para conter os efeitos das lutas sociais, o que conduziu à uma reestruturação enquanto atores sociais. Portanto, o enfoque entre as ações coletivas e a violência policial poderá conduzir ao encontro de similitudes entre esses contextos, aparentemente distantes entre si, os quais podem ser vistos como contributos imprescindíveis para a conquista democrática recente.

2. A CONTESTAÇÃO ESTUDANTIL E O DIRECIONAMENTO DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

O período da ditadura militar brasileira (1964-1985) ficou marcado por um processo de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, por onde se delineiam inúmeros conflitos que colocam em questão a legitimidade da suspensão democrática. São, por isso, marcantes as organizações de setores de oposição, articulados em buscar e realizar um ou vários projeto alternativo de desenvolvimento, resultando em confrontos de projetos políticos bastante distintos. Se a tomada do governo pelos militares foi, entre outros fatores, uma “reação prévia” às organizações do movimento popular por reformas de base que ganhavam força no governo de João Goulart (1961-1964), também significaram a imposição de um projeto de desenvolvimento econômico pautado no aumento do capital estrangeiro em setores industriais, realizando uma confluência entre os setores conservadores e os setores capitalistas (MARINI, 2000).

Os grupos de oposição - setores das classes trabalhadoras urbanas, profissionais liberais, estudantes e setores organizados da sociedade civil - tiveram um papel na efervescência das organizações e manifestações sociais que se seguiram ao longo dos 25 anos de regime, ao evidenciar as infrações cometidas pelo regime e sua política autoritária. Parte dessa oposição era composta pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), que continha raízes orgânicas nos meios populares e operários, além de intelectuais não-orgânicos mas intervenção militante.

As formulações teóricas do PCB, e posteriormente de suas cisões, são um elemento chave para compreensão dos rumos na luta política e da estruturação da oposição do movimento

estudantil. Em seu interior, pelo menos três fundamentos que estavam sendo discutidos: o caráter da revolução brasileira, o tipo de organização revolucionária e as formas de luta para se chegar ao poder (RIDENTI, 2010). Devido à essa divisão, ocorre um realinhamento no interior do movimento estudantil, com melhor articulação entre os grupos de esquerda e sob a liderança da política da União Nacional dos Estudantes (UNE), cuja diretoria era da Ação Popular (AP).

Com isso, houveram ganhos de força do movimento perante as políticas direcionadas à universidade conduzidas pelo governo militar, especialmente às reformas universitárias, que representavam *a submissão da universidade à uma tutela exterior, a negação do radicalismo intelectual* e em oposição ao *fortalecimento das aspirações dos jovens em reconstrução da sociedade* (FERNANDES, 1975).

No âmbito específico das lutas estudantis, o ano de 1968 marcou episódios pontuais que envolveram o movimento estudantil e em situações de tensão com as forças policiais.

A morte do estudante Edson Luiz de Lima Souto, em 28/03/1968, no Restaurante do Calabouço da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pode ser compreendido num contexto em que os estudantes procuravam fortalecer sua participação no interior das universidades. Naquele período, ocorriam manifestações organizadas pela Força Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) referentes às condições do restaurante e o aumento do valor das refeições quando, em meio a uma assembleia, o batalhão de choque da Polícia Militar invadiu o restaurante e fez disparos de metralhadora, matando o estudante de 16 anos. Com esse fatídico episódio, se seguiram várias manifestações de solidariedade, conduzidas por centros acadêmicos e diretórios.

Em 21/06/1968, no Rio, foram marcados protestos contra a reforma universitária e contra a repressão policial, em frente ao prédio do MEC e da Embaixada dos EUA. Houve mais conflitos com a polícia, que usou de gás lacrimogêneo para dispersar os manifestante, mas muitos deles foram cercados por agentes do DOPS, da Polícia Federal e da PM, que atirou sobre os manifestantes, ficando o episódio conhecido como *Sexta Feira sangrenta*. Duas mortes foram registradas naquele dia e mais um ferido (que faleceu dias depois) entre os manifestantes, além de um policial morto a tijoladas - tendo sido o presidente da União Metropolitana de Estudantes (UME-RJ) e membro da Dissidência Guanabara (DI-GB), Vladimir Palmeira, sido acusado por esse ato - além de inúmeros detidos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Tão logo a truculência policial começava a ser uma marca presente para reprimir os manifestos, outros setores da sociedade acabavam por apoiar essas mobilizações. A Passeata dos Cem Mil, de 26/06/1964 no Rio, levou às ruas não apenas estudantes, mas intelectuais,

artistas, professores, jornalistas e populares, reivindicando o fim das ações policiais e a libertação dos presos políticos. De cunho pacífico, a passeata não registrou conflitos com a polícia, mas foi essencial para aprofundar as divisões no seio da esquerda, referentes aos defensores da luta armada e os defensores da luta pacífica, ou, entre os defensores da organização política vanguardista e os defensores da militância de base. Como era evidente que as mobilizações estavam sendo organizadas por grupos de esquerda e lideranças da UNE, a atenção dos militares foi cada vez mais despertada por tentar combatê-los, sobretudo nos espaços interiores às universidades ou de intenso contato de estudantes de diversas partes do país e com enfoque sobre as principais lideranças do movimento, operando um *direcionamento da repressão*.

No entanto, essa situação desencadeou uma reação de defesa do regime militar por muitos estudantes. Os ocorridos da Rua Maria Antônia, em São Paulo, no dia 03/10/1968, em muito contribuíram para esse acirramento de posições, pois o conflito ocorreu entre estudantes da Universidade Presbiteriana Mackenzie, ligados ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC), e estudantes da Universidade de São Paulo (Filo-USP), ligados à UNE. Os estudantes da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e da USP, que faziam um “pedágio” na rua Maria Antônia para angariar fundos para o XXXº Congresso da UNE, foram surpreendidos pelos estudantes do Mackenzie que, do interior do prédio da faculdade, atiraram pedras e ácidos contra os estudantes da USP, que contra-atacaram, estendendo o conflito ao longo de quatro horas. Guardas civis entraram no Mackenzie e tentaram conter o CCC, mas estudantes da USP, liderados por José Dirceu, entraram no Mackenzie, escrevendo nas paredes “fascistas” e “abaixo o CCC”. O dia seguinte ficou marcado por um tiroteio e o prédio da Filo-USP ficou praticamente destruído ao ser incendiada pelas bombas atiradas do Mackenzie, o que resultou na morte de um estudante da USP e vários outros presos. Após a morte, os estudantes da USP iniciaram um protesto percorrendo o centro de São Paulo e tendo à frente José Dirceu, membro da Dissidência (cisão do PCB), que argumentava que o conflito havia sido “forjado para justificar a ocupação no centro universitário da USP”. Esse conflito enfraqueceu o movimento através da redução de sua atividade política, resultando na perda de força, na diminuição dos participantes e na diluição das passeatas pela polícia e mesmo aprofundando os rachas internos.

A UNE procurou se organizar em outros estados para dar continuidade à organização do XXXº Congresso, mas alguns desses encontros foram desestruturados pela polícia, o que não impediu que o Congresso fosse organizado. Em Ibiúna -SP, o congresso iniciou no dia 10

de outubro e era previsto para cinco dias, mas teve sua interrupção abrupta no terceiro dia, quando houve a invasão da Polícia e a prisão de cerca de mil estudantes, em uma grande operação montada pelo DOPS de São Paulo. O abrupto término foi um marco histórico para o movimento estudantil e para a continuidade da UNE, o que praticamente desestruturou sua direção. Após a prisão, os estudantes fichados foram conduzidos a seus estados de origem e os líderes políticos, José Dirceu, Vladimir Palmeira e Luís Travassos continuaram presos. A UNE foi colocada na ilegalidade, sendo que somente voltaria à atividade normal nos anos 1980, apesar de, nos anos seguintes, ter continuado ainda uma organização no interior das universidades, através da Presidência “clandestina” de Honestino Guimarães, que seria preso, torturado e “desaparecido” em 1973. A libertação dos líderes políticos presos no XXXº Congresso resultou num marco específico da organização do movimento político brasileiro, pois ficava cada vez mais nítido aos estudantes que seria impossível manter a atividade política como antes.

No âmbito político nacional, a ameaça de ruptura política aberta a partir da contestação estudantil fez o governo militar avançar medidas de cunho ainda mais repressivas, como o AI-5, que trouxe a contenção das lutas sociais, a suspensão da garantia de *habeas corpus* em caso de infração da lei de segurança nacional, dos direitos políticos dos cidadãos e autorizando o estado de sítio. Além disso, um novo marco legal da reforma universitária foi aprovado no final de 1968 (Lei nº 5.540/68), e, no início de 1969, foi aprovado o Decreto-Lei 477, que ofereceram significativas alterações para as estruturas administrativas das universidades e para a prática política dos estudantes. Em ambos, demarcava-se a necessidade de alteração nas estruturas universitárias, mas sem levar em conta as especificidades do ensino superior brasileiro, o que permitia apenas uma reforma de “cima para baixo” (FERNANDES, 1975), além de inibir as atividades políticas estudantis.

Perante as novas medidas de reforma, o recrudescimento da violência policial sobre o movimento estudantil e o fechamento da UNE, muitos estudantes e dirigentes optaram pela clandestinidade e pela militância nas organizações de esquerda. Sob forte perseguição política, alguns estudantes remanescentes da UNE organizaram um novo Congresso em 1971, mas em proporções muito menores, elegendo Honestino Guimarães, que foi desaparecido político em 1973 no Rio de Janeiro. A perseguição política não havia cessado aos estudantes, fazendo mais uma vítima pouco tempo depois, Alexandre Vannucchi Leme, estudante da USP e militante da ALN. Vannucchi era “fichado” pela polícia, mas foi enterrado como indigente e, perante essa situação, criou-se uma solidariedade no meio estudantil. Considerado como o primeiro

movimento de massas depois de 1968, a morte do estudante resultou em passeatas, que despertaram maior interesse dos setores progressistas da Igreja Católica, que, através de sua Comissão de Justiça e Paz, montada em 1972, passaram a denunciar mais ativamente os crimes políticos, como ocorreu em 1975 com a morte do jornalista Vladimir Herzog.

A partir do panorama apresentado é possível entender que a *repressão do regime* foi o fator político que suscitou a redução da atividade do movimento estudantil, mas também desencadeou uma demanda política mais geral, de continuidade com o que estava sendo representado nos anos anteriores, seja em termos das demandas do movimento estudantil - já notadamente enfraquecido mas procurando se organizar no interior das universidades. Entretanto, as reivindicações não sintetizam as tentativas de reestruturação do movimento no interior das universidades, a medida que as lutas abertamente políticas encontram caminho nas reivindicações específicas à Reforma Universitária para prosseguir, o que permite com que a mobilização contra a violência e as prisões políticas ganhasse novos delineamentos. Mediante essas reivindicações outras prisões de estudantes foram desencadeadas, juntamente com operações policiais de controle do movimento estudantil, mas a mobilização foi significativamente menor que nos anos anteriores, embora houvesse um conjunto de “experiências para a repolitização do espaço acadêmico” (PELLICCIOTTA, 2008, p. XX).

3. O ESTADO NOVO PORTUGUÊS E A LIBERDADE ACADÊMICA

O Estado Novo português (1933-1974), nascido dos desdobramentos autoritários dos anos 1930 na Europa, enfrentava momentos de crise final na década de 1960 por conta de aspectos econômicos, políticos e sociais. A via econômico-política seguida pelo regime salazarista pautava-se na intervenção do Estado na economia, com incentivos aos setores agrários e coloniais, mas escassos investimentos nas indústrias (PEREIRA, 1979). O forte controle exercido sobre os movimentos operários e camponeses, compunha o modelo de estado corporativista, assentado sobre um profundo conservadorismo e aliado dos setores conservadores da Igreja Católica e das elites. Esses desdobramentos asseguram, sobremaneira, o exercício de um poder político de cunho fascista, mas de um “fascismo a portuguesa”, organizado em torno das características rurais, de mentalidade tradicional e de manutenção do império colonial (TORGAL, 2009).

A crise ideológica do regime começou a ter efeitos mais significativos a partir de 1958, na derrota do General Humberto Delgado nas eleições para Presidência da República para o

então candidato Américo Thomaz, apoiado por Salazar, quando eclodiram manifestações favoráveis à “liberalização” do regime. A sociedade portuguesa passou a ser despertada por um acirramento da contradição entre capital e trabalho, aumentando a força produtiva e, o capital total, mas sem alterações profundas nas estruturas sociais, o que também pode ser considerado como sentido de *modernização conservadora* (COSTA *et al.*, 2010).

O movimento estudantil, por sua vez, irá empreender sua participação na construção de interesses coletivos em torno das questões referentes ao modelo de ensino e principalmente de liberdade de associação, tomando contato com as experiências de lutas sociais que, direta ou indiretamente, iria os atingir. As mobilizações que se seguiram no meio estudantil, entre 1962 e 1965, e as suas duas “Crises Acadêmicas”, dispõem de atenção sobre o Decreto-lei nº 40.900/56, que estabelecia a proibição das liberdades associativas conquistadas anteriormente, colocando os órgãos estudantis subordinados ao Ministério da Educação, em uma situação de “asfixia” que resultaria em protestos (BEBIANO & ESTANQUE, 2007). Por isso, a especificidade das lutas estudantis desse período se dará no sentido reformista de *liberdade de associação*.

A elaboração do Decreto-lei, o 44.632, de 15/10/1962, que revogava o 40.900, foi também um aparente “ponto final” sobre esses primeiros ocorridos, pois mantinha a interferência do Estado sobre as organizações estudantis, aumentando a tutela sobre as organizações associativas. Por isso, uma baixa contestatória se instaurou, causando uma sensação de derrota das reivindicações de 62, no que diz respeito à incapacidade de fazer cair o regime salazarista e pela desmobilização perante as reivindicações das associações.

Por outro lado, cisões internas do PCP designaram novos caminhos para as lutas sociais, conforme muitos dirigentes começaram a criticar o alinhamento do Comitê Central do partido com as posições de Moscou, abrindo caminho para aproximações com o maoísmo e com a luta armada (CARDINA, 2011). Por conta dessas cisões, se colocava em dúvidas os rumos das lutas e as alianças que estavam sendo construídas no movimento estudantil, apesar de que a “perda de hegemonia” do PCP nesse meio somente começaria em 1967.

Na atmosfera de tensão, a crise de 1965 irá se centralizar na resistência estudantil contra o autoritarismo salazarista, principalmente por conta das declarações do Ministro da Educação, Galvão Teles, ainda em 1964, quando ficou clarividente a ameaça de punição aos estudantes caso houvessem distúrbios. Nesse sentido, entre finais de 1965 até 1968, verifica-se a redução das atividades de contestação estudantil, voltando a ocorrer algo de impacto nacional apenas em 1969.

Com a saída de Salazar do Conselho de Ministros e nomeação de Marcello Caetano para tal função, em 27/09/1968, se estabeleceu um clima otimismo para a mudança dos rumos tomados pelo salazarismo, a chamada *Primavera Marcelista*, com vias à “descompressão” política do regime.

Com a intensificação das guerras coloniais, o governo português procurava cada vez mais incorporar os jovens e muitos setores que se manifestavam em oposição à guerra, sobretudo, militantes políticos. Por outro lado, as cisões internas ao PCP já começavam a delinear a opção pelas lutas armadas e pela clandestinidade, influenciadas pelos movimentos e pelo debate internacional que estava ocorrendo, mas com uma forte recusa do PCP sobre esse radicalismo, identificando-o como de cunho individualista e pequeno burguês (CUNHAL, 1971).

Nesse turbulento contexto, intensificam-se os conflitos e prisões de estudantes se intensifica a partir de 1969, articuladas em torno da suspensão do Decreto-Lei nº 44.632 e a libertação de estudantes presos. Em Coimbra, houve uma renovação política pelos estudantes ligados ao Conselho de Repúblicas, que procuraram conduzir a linha política estudantil para reivindicar a queda do regime salazarista, o fim da guerra colonial e a solidariedade com os conflitos internacionais, como a guerra do Vietnã). Além disso, através de vários encontros informais, os estudantes conseguiram deliberar pontos em comum para as reivindicações estudantis, entre elas, a liberdade associativa e a não-repressão ao movimento.

A *Crise de 69*, em Coimbra, ocorreu a partir de 17 de abril, por conta da visita de uma comitiva do governo para a inauguração do Prédio das Matemáticas. Os estudantes compareceram massivamente para manifestar, carregando cartazes em prol da democratização do ensino. Alguns dos dirigentes da AAC, também haviam entrado com a comitiva na sala da inauguração e estiveram frente a frente com o Ministro da Educação, José Hermano Saraiva. O “célebre” momento se deu quando o então Presidente eleito da Direção Geral da AAC, o estudante de Direito, Alberto Martins, se manifesta pedindo a palavra. Sua intervenção foi negada, delineando o final abrupto do discurso do Ministro e a urgente retirada da comitiva, deixando a sala para os estudantes. Naquela noite, Alberto Martins foi preso e muitos se dirigiram à sede da PIDE para exigir sua libertação. A partir disso, greves e lutos acadêmicos, assembleias, debates, reuniões de trabalho, onde se construíram várias comissões que teriam como objetivo manter a mobilização e assegurar a oposição ao governo.

Com a tensão causada pelo luto acadêmico (greve estudantil), que durou aproximadamente quatro meses, as ruas da cidade passam a ser patrulhadas por jipes policiais,

criando um clima de terror, com sucessivos bloqueios da Guarda Nacional Republicana (GNR), da PIDE e da Polícia de Segurança Pública (PSP). Além disso, o governo não permitia que as informações referentes aos acontecimentos se propagassem nem comentou os fatos. A perspectiva de mudança das reivindicações, da *Crise de 62* para a *Crise de 69*, se faz presente quando é percebido que os aspectos políticos de 62 seriam mais reformistas no que diz respeito à liberdade associativa (BEBIANO, 2003). Na *Crise de 69*, já haveria demandas mais progressistas que afirmariam uma “efetiva intervenção estudantil” (ESTANQUE E BEBIANO, 2007, p. 36), principalmente, no que diz respeito à “democratização das estruturas socioeconômicas” da universidade no Estado Novo (CARDINA, 2008, p. 119).

Para o início da década seguinte, a reforma universitária realizada entre os anos de 1970 e 1971 (Reforma Veiga Simão), trouxe importantes alterações funcionais e estruturais das universidades portuguesas. Dentre elas, pode-se destacar a criação de três novas universidades (Aveiro, Nova de Lisboa, Minho), de institutos politécnicos e de escolas superiores, com objetivo de aumentar a oferta de ensino e de fomentar uma mão de obra mais qualificada, caminhando no sentido de democratização das estruturas universitárias e num sentido de ampliação da formação técnica.

Para os anos seguintes, foram constantes as prisões e julgamentos de estudantes e o fechamento de Associações Acadêmicas. Em outubro de 1972, o ápice da repressão ocorreu quando estava sendo realizado no ISCEF um dia de protesto contra a repressão e em defesa da associação acadêmica. O agente da PIDE infiltrado, Antônio Gomes da Rocha, que acompanhava a reunião, havia sido identificado pelos estudantes e, depois de ser interrogado por dois dirigentes associativos e de ter apanhado, disparou sete tiros, assassinando José Ribeiro dos Santos, estudante da Faculdade de Direito de Lisboa, dirigente associativo e membro do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletário (MRPP). Tal episódio praticamente encerrou as relações conflituosas entre o movimento estudantil e o Estado, na medida em que houve um esmorecimento da organização estudantil até 1974, bem como, o regime já dava claros sinais de sua derrota.

Em suma, pode-se afirmar que os ocorridos no meio estudantil em 1972, que culminaram na morte de Ribeiro Santos, evidenciaram uma onda repressiva na sociedade portuguesa, composta pela prisão e tortura de muitos estudantes, pelo fechamento das associações de estudantes e de outros espaços de manifestação contrários ao regime. Da mesma forma que se compunha uma ampla frente estudantil contra o regime, também se marcava avanços importantes nos movimentos de libertação nacional, que traziam maiores temores ao

governo, efetivando um controle maior das ações políticas. As prisões e mesmo o direcionamento de muitos estudantes para compor os exércitos coloniais iriam revelar um certo abatimento do movimento para os anos seguintes, mas que conseguiram enfraquecer a dominação ideológica do regime.

4. O COMBATE DA OPOSIÇÃO PELA VIOLÊNCIA POLICIAL

A partir das considerações apresentadas nos dois excertos anteriores é possível estabelecer uma análise comparativa através das demandas e dinâmicas estabelecidas. Dentre as que aparecem na composição histórica, pode-se destacar três aspectos: *caráter das mobilizações*, *caráter das demandas* e *a violência ditatorial*.

Sobre as *mobilizações*, há, em primeiro lugar, uma diferença organizativa nos dois contextos. Enquanto no Brasil a centralidade das mobilizações foi liderada pela UNE, em Portugal a ausência de uma organização nacional fez com que as Associações Acadêmicas tivessem um papel preponderante. O reflexo dessa situação está na presença de manifestações de rua no Brasil, que demandam de uma divulgação mais ampla e contaram com a participação de estudantes de vários lugares do país. Por outro lado, conforme as mobilizações são conduzidas pelas Associações, há uma restrição de manifestações, mas há um ganho de uma política institucional, como no caso português. Dessa forma, o reflexo positivo é que várias das Associações, apesar de terem sido fechadas ao longo dos anos pelos agentes da repressão, o movimento estudantil português parece ter encontrado uma continuidade de reivindicações e seus desdobramentos por quase uma década.

Em termos do caráter das *demandas reivindicativas*, em ambos os casos os estudantes encontraram fôlego nas reformas universitárias, as quais se assemelham quanto aos aspectos tecnicistas para o ensino superior quanto do controle sobre as organizações estudantis. Nesse caso, nos dois contextos essas mobilizações foram motes para o desenvolvimento de uma ação política de contestação aos regimes ditatoriais, o que gerou conflitos sociais com uso da violência policial.

Quanto ao último aspecto, o caráter da *violência*, ela se dá de forma mais contundente no Brasil, conforme a partir da morte de Edson Luiz inicia-se a perseguição aos estudantes, resultando numa grande quantidade de presos, mortos e desaparecidos e, sobretudo, nas sistemáticas perseguições aos militantes da esquerda. As experiências políticas estudantis

acabaram sendo de conflito, de lutas contra a polícia política e de fugas e clandestinidade. Em Portugal houve grande quantidade de presos políticos, mas somente o estudante José Ribeiro dos Santos foi morto diretamente pela violência ditatorial. Isso significa que não é possível comparar quantitativamente a violência, e sim, encontrar outros aspectos qualitativos que se enquadrem ao contexto português, como o envio de militantes políticos para as “tropas”, como forma de punição para o cometimento de um crime político.

Em Brasil e Portugal, as manifestações e mobilizações estudantil da década de 1960 e 1970 trouxeram um horizonte de expectativas positiva para aquele momento, no sentido de que os regimes ditatoriais poderiam ser derrotados. A participação desses atores constituiu-se portanto, fundamental para as lutas que desencadearam os processos de transição democrática. Mas, através dessa experiência, o movimento estudantil ganhou um caráter intrinsecamente participativo, a medida que as mobilizações mais amplas somente poderiam ocorrer caso houvesse um trabalho de base que permitisse, democraticamente a criação de consensos e debates. Por isso, houve uma construção *botton-up* da democracia, o que fez com que as experiências no ambiente universitário fossem transpostas para o âmbito nacional, o que fortaleceu a coerência desses movimentos, tornando-se um ator de forte participação na cultura política democrática.

Por fim, o uso da violência como diálogo político fracassou as custas de uma ampla resistência construída de continuidades e rupturas e que, mesmo com as interrupções da memória individual do movimento, que praticamente se renova a cada ano, com a entrada de novos estudantes, conseguiu transpor essa barreira para reforçar a memória das lutas coletivas. Portanto, a história da política contemporânea não pode ser compreendida sem a referência aos movimentos estudantis, pois retiraria o caráter das lutas sociais da qual a democracia foi o produto.

5. CONCLUSÃO

De forma geral, o artigo apresentou elementos do questionamento realizado pelos estudantes, de forma a incentivar a participação política, em Portugal e Brasil, durante os períodos das ditaduras recentes. O ponto de apoio está na crítica direcionada às estruturas universitárias, demandando essas serem democratizadas, com maior divisão e interesse para a participação. Porém, esse questionamento, como já apresentado, se expandiria das próprias

universidades, alcançando uma crítica aos regimes políticos. Num segundo momento, perante uma desestruturação do movimento, reforça-se o caráter conflitual e de amplo uso da violência policial nos dois contextos.

Ao expandir essa análise, compreende-se que as lutas conduzidas pelos estudantes foram lutas de classe reprimidas pelo autoritarismo ditatorial: elas revelavam que somente com alterações profundas nas estruturas econômicas e políticas desses países é que seria possível substituir o caráter violento utilizado pelo Estado, para lidar com esses movimentos, por um caráter mais democrático e democratizante. A transição democrática realizada nos anos seguintes não permitiu a manutenção do movimento estudantil como ator social da mesma forma que antes. Porém, parte dessa luta se acumula na memória da transição democrática dos dois países.

Nesse sentido, questiona-se: quais seriam as possíveis marcas que a violência do passado deixou no presente dos dois países? Seguramente, há uma continuidade demarcada pelo exercício exacerbado de violência no estado brasileiro, que tem aparecido como um “fantasma” do passado que oprime o presente. No caso português, por sua vez, o esmorecimento das lutas sociais após o 25 de Abril (Revolução dos Cravos) também perdurou até os anos recentes, mas com o aspecto de introjeção da violência e da repressão subjetiva, o que conduziu a uma imensa dificuldade de retomada das ações coletivas no presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Pablo. *A Árvore de Maio: Resistência Estudantil e sua Atualidade (Brasil e Portugal)*. 2015. 381 f. Tese (Doutoramento em Democracia no Século XXI) - Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra.

BEBIANO, Rui . *O Poder da Imaginação: Juventude, Rebeldia e Resistência nos Anos 60*. Coimbra: Angelus Novus, 2003.

_____; ESTANQUE, Elisio. *Do activismo à indiferença: Movimentos estudantis em Coimbra*. Lisboa: ICS, 2007.

BOREN, Mark Edelman. *Student Resistance: A History of Unruly Subject*. London: Routledge, 2001.

CARDINA, Miguel. *A Tradição da Contestação: Resistência Estudantil em Coimbra no Marcelismo*. Coimbra: Angelus Novus, 2008.

_____. *Margem de Certa Maneira: O maoismo em Portugal (1964-1974)*.

Lisboa: Tinta da China, 2011.

COSTA, Jorge; FAZENDA, Luís; HONÓRIO, Cecília; LOUÇÃ, Francisco; ROSAS, Fernando (orgs.). *Os donos do poder: Cem anos de poder econômico (1910-2010)*. Porto: Afrontamento, 2010.

CUNHAL, Álvaro. *Radicalismo pequeno burguês de fachada socialista*. Lisboa: Avante!, 1971.

FERNANDES, Florestan. *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2011.

MARINI, Rui Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARWICK, Arthur. *The Sixties: Cultural Revolution in Britain, France, Italy, and the United States (1958-1974)*. Oxford: Oxford University, 1998.

PELLICCIOTTA, Mirza. "Mobilizações Estudantis nos anos 1970". In: GROPPPO, Luis; FILHO, Michel Zaidan; MACHADO, Otávio. *Juventude e Movimento Estudantil: Ontem e Hoje*. Recife: Editora Universitária UFPE, pp. 179-2013, 2008.

PEREIRA, João Martins. *Pensar Portugal, hoje*. Lisboa: Dom Quixote, 1979.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 2010.

TORGAL, Luis Reis. *Estado Novo Estados Novos: Ensaio de História Política e Cultural*. vol. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.